

A noção mítica do valor: Homero e o signo pré-monetário

Adriana Tabosa
Doutoranda em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas
adriana_tabosa@yahoo.com.br

RESUMO

Gernet indicou que o surgimento da noção de quantidade medida iria marcar a passagem das formas arcaicas de troca dominada pela noção concreta do valor e da qualidade com relação ao nível de grupos e indivíduos e não o valor das coisas em circulação. Nas transações materiais, o dinheiro seria selecionado entre os objetos de luxo por excelência, e essas transações expressavam o prestígio das pessoas. Este artigo expõe a análise de Gernet sobre a transição da função simbólica do valor para o surgimento da moeda.¹

Palavras-chave: Gernet; Grécia antiga; moeda; valor.

RÉSUMÉ

Gernet avait souligné que l'apparition de la notion de quantité mesurée marquerait la passage des formes archaïques de change dominée par la notion concrète de la valeur et de la qualité en ce qui concerne le niveau des groupes et des individus, et non la taille des choses en circulation. Dans la transition matériels de l'argent seraient choisis parmi les objets de luxe par excellence, qui avait exprimé le prestige des personnes. Cet article présente l'analyse des

¹ Para Einzig (1966, p. 370), entre os outros principais fatores não comerciais para o uso do dinheiro, o fator religioso merece atenção especial. Einzig considera que (1966, p. 370) os aspectos religiosos do dinheiro podem ser classificados da seguinte maneira: I) O dinheiro pode ter se originado em muitos exemplos por intermédio de necessidades regulares por objetos específicos padronizados com o propósito de sacrifício aos deuses. II) Em muitas comunidades a criação do dinheiro é atribuída a poderes sobrenaturais. III) Em outras comunidades os produtos humanos de dinheiro têm (ao observar certos ritos religiosos ou regras) cumprindo suas tarefas sagradas. IV) Qualidades mágicas atribuídas a certos objetos têm sido o principal fator para o uso monetário. V) O uso de certos objetos em conexão com o propósito religioso, exceto sacrifícios, como por exemplo, os ritos dos mortos, podem ter contribuído para com sua adoção para o uso monetário. VI) A fixação de multas e das taxas para realização de ritos religiosos causou a necessidade de uma unidade padronizada. Na Grécia havia o fator religioso da moeda isso pode ser percebido na própria representação das figuras impressas nas moedas e nos locais de escavações onde elas são encontradas: templos, fontes, pedras fundamentais, mas raramente em áreas comerciais.

Gernet sur la transition de la fonction symbolique de la valeur pour l'apparition de la monnaie.

Mots-clé: Gernet; Grèce ancienne; monnaie; valeur.

O problema da origem da moeda se inicia particularmente na Grécia antiga² onde se estabelece, pela primeira vez, a distinção entre moeda *stricto sensu* e moeda múltipla³. Segundo Gernet (1995, p. 123), para uma análise da moeda, convém distinguir o símbolo e o signo no qual o primeiro situa-se o significado imediato e efetivo enquanto a realidade do segundo esgota ou parece esgotar em sua função mesma. O que se define por origem da moeda é a passagem do primeiro (símbolo) para o segundo (signo)⁴: não se deve ignorar, com efeito, que em muitas sociedades que não utilizavam a moeda propriamente dita, havia manifestações típicas do valor que preenchiam

² DESCAT, Raymond. *Monnaie multiple et monnaie frappe en Grèce archaïque*. In: revue numismatique, 6e série – Tome 157, année 2001, pp. 69-81.

³ Para a economia ocidental moderna, o sentido imediato de “moeda” é o de um signo, concretizado numa peça de metal ou em uma nota simbólica de papel, possuindo dupla função de instrumento de avaliação e de medida e de instrumento de circulação e de troca, tirando este duplo valor de uma decisão do estado e de um consenso tácito dos usuários. Este sentido imediato e prático corresponde ao sentido do termo alemão “*Münze*”. Mas, para a economia moderna há também uma definição mais ampla: a moeda é toda coisa que, por convenção tácita ou expressa dos homens, se encontra investida da dupla função de intermediária de trocas e de intermediária das avaliações, ou desta segunda função somente, a primeira não podendo ser imaginada todas às vezes isoladamente da segunda, que pode, ao contrário, existir sem a primeira. Este sentido corresponde ao termo alemão “*Geld*” (WILL, Édouard. *De l’aspect étique des origines grecques de la monnaie*, pp. 209-210). O sentido atual de “moeda” prioriza o caráter convencional, isto é, do que é emitido e controlado pelo governo de um determinado país, englobando em sua definição, o dinheiro. Em alemão tudo isso é “*Geld*”, entretanto, com a possibilidade de distinguir entre *vormünzliches Geld* (ou *vormünzliches Geldform*) e *Münzgeld*. Mas, em português, não possuímos os termos equivalentes aos termos em alemão. Teríamos que definir “moeda-moeda” e “moeda-dinheiro”. Portanto, moeda *stricto sensu* é a moeda propriamente dita, o objeto metálico circular, a peça de metal de peso e valor definido, com uma impressão oficial estampada. Moeda múltipla é a moeda-dinheiro, isto é, refere-se aos objetos de equivalência geral que servem para medir o preço das coisas. (CARLAN, Claudio U.; FUNARI, Pedro Paulo A. *Moedas: a numismática e o estudo da História*. São Paulo: Annablume, 2012. 100p.).

⁴ O que Gernet define por símbolo seria o que antecede a moeda; a noção de valor arcaica em que a estimação dos objetos de posse e de consumo era dominada por ideias e sentimentos múltiplos. A noção de valor arcaica compreende toda essa função simbólica. O que Gernet define por signo é a moeda propriamente dita. Sua investigação consiste em saber como houve essa passagem de uma função simbólica, para uma função concreta, o surgimento da moeda *stricto sensu*, que na visão de Gernet incorpora essa noção de valor arcaico.

funções mais ou menos análogas, mas que, por comparação, aparecem essencialmente concretas.

Para Gernet (1995, p.123), pode-se constatar que um desenvolvimento paralelo se esboça no direito, em que o rito precede e prepara a sua origem. Os comportamentos e as atitudes às quais dão lugar à apropriação individual das recompensas são manifestos nos jogos públicos. A noção de propriedade que se adquire nos jogos públicos é inseparável da do valor que os une; a representação destes objetos, a concepção do direito e sua aplicação, as condutas que comandam a aquisição ou a defesa deste direito, todos possuem uma relação recíproca.⁵ Os objetos em questão, recompensas costumeiras, antecipam a moeda: pode-se dizer que todas essas relações estão presentes nos “jogos fúnebres” da *Ilíada*. Com efeito, as coisas dadas em prêmio – notadamente taças, trípodas, bacias, armas etc., são os signos pré-monetários identificados por Laum.⁶

Estes objetos são com frequência mencionados: as contrapartidas, os presentes de hospitalidade correspondentes aos códigos que atestam as tradições, as normas. Em um costume como os jogos homéricos onde todos os concorrentes são recompensados, uma hierarquia de valor existe por hipótese entre os prêmios. Para Gernet (1995, p. 124), desse modo, muitos desses objetos estão em relação imediata com o surgimento da moeda.⁷

⁵ Devemos ressaltar o conceito de valor presente nesse contexto. Na Grécia antiga o conceito de valor indica tanto a utilidade ou o preço dos bens materiais, como a dignidade ou o mérito das pessoas. Consideravam-se os bens e suas relações hierárquicas como objetos de escolha ou de preferência. Entendiam os bens a que se deve dar preferência, como talento, arte, progresso, entre as coisas do espírito; saúde, força beleza, entre as do corpo; riqueza, fama, nobreza, entre as coisas externas (DIÓG. L., VII, 105-106).

⁶ O fator mais importante das pesquisas de Bernhard Laum entre 1924 e 1930 é a determinação do conceito de símbolo e da função simbólica da moeda. Para Laum, o histórico tem de liberar-se da definição abstrata, como no caso da subordinação da moeda à função de troca. Como também, para ele, a numismática considera sempre e comumente a moeda como um valor real (*Sachwert*) de medir e pesar. Retém, portanto, como seu compito principal e necessário aquilo de determinar com mais exatidão possível o percentual e miligrama de peso do metal contido na moeda, servindo-se de instrumento e método da ciência da natureza. O método da ciência da natureza em que se baseia a numismática é unilateral. Pois a essência mesma da moeda é algo que não se pode ver, pesar, nem medir.

⁷ Os objetos que Gernet se refere são os signos pré-monetários, isto é, os objetos de troca que serviam para medir o valor dos indivíduos nos jogos fúnebres.

Gernet afirma (1995, p. 125) que os objetos dados como prêmio pertencem a uma categoria muito ampla, embora bem definida. Esses objetos encontram-se os mesmos e seus análogos, em muitas sequências paralelas – presentes de hospitalidade, dom e contra dom, oferendas aos deuses, objetos que fazem substancialmente o comércio nobre.

Uma classificação implícita os opõe a outra ordem de bens, inferior e funcionalmente distinta: comparando na medida do possível e salvaguardando as devidas diferenças, comparando com a terminologia do direito romano, entretanto, o direito romano numa civilização essencialmente rural, podemos dizer que são, por excelência, *res Mancipi*. Ainda segundo Gernet (1995, p. 125), correlativamente, no regime da propriedade, elas formam um domínio especial: o domínio da propriedade individual no sentido denotativo do termo.

Para uma certa classe, como por exemplo, a classe guerreira tal como é descrita na epopeia homérica, é necessário definir em função de seus modos e costumes, e em oposição aos de outros domínios jurídicos ou quase jurídicos (propriedade de terra). O direito de disposição que se aplica é absoluto; ele se atesta eminentemente na instituição da parte do morto: os objetos em questão são proporcionais ao chefe em sua tumba. Esta noção específica se traduz no vocabulário onde a designação de *ktēmata* se aplica de preferência a esta categoria de bens. O termo acentua a ideia de “aquisição”, aquisição na guerra, nos jogos, por intermédio dos dons, embora jamais, em princípio, num comércio mercantil.

De acordo com Gernet (1995, p. 126), essa junção de preferências, exclusivas e normativas, define um domínio particular do valor. Numa perspectiva histórica onde ele está relacionado aos objetos que são por excelência pré-monetários, possui uma dupla característica: de ser valor circulante, em lugar da “moeda”, gado; e a de ser produto da indústria humana, da indústria de metal notadamente. Esta delimitação do valor é intencional. As noções relativas ao gado, ao seu valor propriamente religioso, à sua utilização ritual, forneceram a Laum o tema e a base de uma teoria sobre a origem da

“moeda sagrada” e a base de uma teoria sobre a origem religiosa da moeda laica.⁸

Segundo Gernet (1995, p. 126-127), num bom entendimento, trata-se do valor econômico ou ao menos de seus antecedentes. Mas diz-se comumente apenas valor. Desde então, para tratar de valor econômico, tende-se a eliminar o valor em si mesmo substituindo a ideia de medida, aliás, essencial, pela ideia da coisa medida. Ora não se trata do valor “banal” e abstrato, mas de um valor preferencial incorporado a certos objetos, que preexiste a outro.

Para Gernet, é necessário tratar como uma realidade homogênea os diferentes domínios do valor: podemos identificar uma “intenção” que lhe é comum, supondo igualmente um processo de idealização. Nesse caso, é atestado sobre diversos planos da psicologia social.

Gernet menciona (1995, p. 127) que no uso linguístico, há um termo que, em seu mais antigo emprego, implica a noção de valor, é o termo *agalma*. Ele pode se reportar a todas as espécies de objetos, inclusive, a dos seres humanos. Ele exprime uma ideia de riqueza, mas especialmente de riqueza nobre. E é inseparável de outra ideia sugerida por uma etimologia que fica perceptível: o verbo *agallô*⁹ que significa honrar, enaltecer, gloriar-se de algo. Ele se aplica particularmente à categoria de objetos móveis. Não é indiferente acrescentar à época clássica, ele está fixado na significação de oferenda aos deuses, especialmente nesta forma de oferenda que representa a estátua da divindade.

Para Gernet (1995, p. 127), na ordem técnica e econômica, é necessário ressaltar que, se os objetos que se tem em vista são objetos industriais, trata-se de uma indústria que se qualificaria de luxo. Uma prova indireta do valor

⁸ Segundo L. Gernet, não está em questão discutir a teoria de Laum, mas parece que está fora da zona cultural, e mesmo, em princípio, sacrificial, onde muito legitimamente ela reside, há toda série de objetos que Laum pôde integrar sem artifício e que são justamente esses que convocam a natureza e as funções: numa busca da origem da moeda, é uma classificação que tem seu lugar; num estudo dos julgamentos de valor, ele deve ser considerado á parte (GERNET, L. *La notion mythique de la valeur em Grèce*, 1968, p. 121-179).

⁹ *Agalma*, atos: tem o sentido de objeto de orgulho, de adorno, jóia, oferta feita aos deuses, imagem, estátua dos deuses.

eminente que se encontra neles é a imitação que se faz em série, substituição de discussão vulgar cujo emprego tem o título de *anáthema* é como um símbolo do símbolo.

No plano religioso, as *agalmata* são particularmente designadas por esses objetos de oferenda: em Homero onde o termo não tem ainda o sentido próprio de oferenda, ele se aplica aos “objetos preciosos” que são utilizados com esta função. Há uma forma de comércio religioso que é de particular interesse: ao mesmo tempo em que a ideia de valor se encontra realçada – e aperfeiçoada¹⁰, estão associadas às de generosidade suntuosas e às de generosidade aristocrática. Aristóteles a atribui ainda a uma classe para quem a nobreza obriga.¹¹

Segundo Gernet (1995, p. 129), não se deve esquecer, por outro lado, que este gênero de riquezas, assim como a propriedade dos deuses, permanece uma categoria bem definida na época clássica: no direito criminal, o sacrilégio (*hierosilia*) é outra coisa que o furto ou desvio pertencente à divindade, é um delito especial; é isto que consiste em tomar sobre uma espécie mais vulnerável de “bens sagrados” onde não se reconhece a classe mesmo das *agalmata* – tripés, vasos, joias.

Entretanto, há ainda outro aspecto onde é possível observar a atividade mental pela qual o valor se constitui, ou seja, se objetiva: é a da representação mítica.

Para Gernet (1995, p. 129) constata-se que os objetos preciosos figuram nos mitos e mesmo que eles tenham, se é possível dizer, um papel central, eles não deixam de estar animados de um poder próprio. Contudo, ainda segundo Gernet, sabe-se que isso não é uma particularidade da Grécia. Mas é notável que esse modo de imaginação seja particularmente atestado ao nível

¹⁰ Segundo Laum, a prática do *anáthema* aparece num certo nível da vida religiosa, relativamente recente (LAUM, *Heiliges Geld*, p.86 e s.). Laum o situa em relação com a noção de uma personalidade permanente nos deuses, por oposição à concepção de *Augenblicksgötter* para as quais convêm as oferendas consumíveis, podemos perguntar se a relação não é inversa: com efeito, há progresso de objetivação sobre os dois planos às vezes, os da prática cultural e os da representação dos seres divinos.

¹¹ ARISTÓTELES. *Et. Nic.*, IV, 1123 a, 5. Em contrapartida, vale ressaltar que Platão, que limita ao extremo a riqueza na cidade nas *Leis*, restringe igualmente o uso das oferendas, privadas e públicas.

mesmo onde se tem a noção, isto é ao estado pré-monetário que precede imediatamente um estado de pensamento abstrato.

A ideia de valor especialmente relacionada aos objetos de metal preciosos está associada com a noção mais antiga de riqueza e, com ela, tem em vista um ideal central. Na representação mítica do direito, nos cenários que a suscitam e a sustentam, o rei, responsável pela vida do grupo e fator da prosperidade agrária e pastoral, é também o detentor privilegiado dessa espécie de riqueza. A posse do tesouro é o testemunho e a condição de um poder benéfico como são aqueles do campo sagrado, da árvore sagrada, da manada sagrada, com as quais ela permanece em contato. Esta representação de um centro onde o objeto talismânico – mesmo num certo sentido objeto preciso – aparece às vezes como expressão e como garantia de valor, ela persiste à sua maneira na história da Grécia. Um tesouro de deus que é também um tesouro da cidade, reserva para a cidade, como é o de Palas Atena para Atenas, não compreende somente as espécies titulares que estão à disposição do Estado emprestar em caso de necessidade. (GERNET, 1995, p. 170 – 175).

Para Gernet (1995, p. 177) a expressão mítica deste pensamento não desaparece numa época posterior. O hino à Demeter de Calímaco termina com uma litania onde o poeta formula, seguindo uma simetria edificante, os simbolismos que ele atribui à procissão litúrgica que lhe servem de tema: os quatro cavalos que portam a cesta da deusa prometem as graças do ano e de suas quatro estações; o costume dos oficiantes significa o voto da saúde; e enfim, (*hôs d'ai liknophóroi khrysô pléa líkna phéronti, hôs hamès tòn khrysòn apheidéa pasaímestha*) “assim como as canéforas portam as cestas plenas de ouro, o ouro nos será dado abundantemente” (CALÍMACO, VI, *A Deméter*, 126-127). A ostentação dos objetos de ouro mencionada pelo poeta é o signo de uma eficácia cuja comunidade beneficia-se e que se exerce justamente no mesmo sentido que a virtude dos direitos míticos.

A memória social que funciona no mito das *agal mata* não funciona gratuitamente: numa noção de valor que está em via de tornar-se autônoma, uma imaginação tradicional assegura a continuidade com a ideia mágico-religiosa. (GERNET, 1995, p. 177).

Na história social, à época mais antiga onde nos atingiu diretamente o simbolismo deixa de ser polivalente. É necessário observar que, quando Homero descreve ou evoca esses “objetos precisos”, o valor está anexado aos objetos mesmos (*Il.* XI, 630 e s.).

Segundo Gernet (1995, p. 178), esta orientação do pensamento supõe condições sociais sobre as quais favoreciam certa difusão de signos exteriores à riqueza, pois eles não são mais a posse privilegiada de uma classe em que se prolonga a herança dos direitos míticos e da virtude de seus símbolos, o valor econômico tende a se impor, por is mesmo, à representação; já para época pré-monetária pode se aplicar o termo “o dinheiro faz o homem”, como por exemplo, na história do tripé dos “Sete Sábios” (*DIÓG. L.*, I, 31). Assim se prepara a revolução que determina, às vezes na vida social e no modo de pensar, o advento da moeda.

CONCLUSÃO

Gernet conclui que sem dúvida, é a partir da função simbólica do valor que houve a invenção da moeda. Ao estado novo corresponde o uso de um instrumento cuja matéria, no sentido filosófico do termo, poderia parecer indiferente: ela aparece em Platão e Aristóteles, que, aliás, se opõem à economia mercantil, à teoria da moeda-signo e da moeda-convenção. Teoria lógica, pois assim como a função de troca e de circulação é só retida pelos filósofos (que esquecem ou desconhecem o fato de que a moeda metálica havia encontrado um de seus mais antigos empregos num comércio religiosos onde ela serve para obter as obrigações da ação de graças, de oferendas ou de expiação). E é certo que o instrumento uma vez criado se presta a esse

ofício de circulação que é generalizado, na Grécia mesma. Mas no meio histórico onde o signo aparece primeiramente, é um certificado de origem dos símbolos religiosos, nobiliárquicos ou agonísticos que retêm suas primeiras amostras: até o ponto em que a criação havia sido possível, um pensamento mítico sendo perpetuado. Isso pode deixar entender que, no valor e, pois, no signo mesmo que o representa, há um núcleo irredutível que se denomina comumente de pensamento racional. (GERNET, 1995, p. 178 -179).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALLATAY, F. **Sur les origines de la monnaie stricto sensu (nomisma). À propôs de deux livres récent (S. Von Reden et L. Kurke).** In. Revue numismatique, 6e série – Tome 157, année 2001, pp. 83-93.

CARLAN, Claudio U.; FUNARI, Pedro Paulo A. **Moedas: a numismática e o estudo da História.** São Paulo: Annablume, 2012. 100p

CONDOMINAS, G. **De la monnaie multiples.** L'Argent, Communications, 50, 1989, p. 95-119.

COOK. R. M. *Speculations on the Origins of Coinage.* Historia, 7, 1958, p. 257-262.

DESCAT, Raymond. **Monnaie multiple et monnaie frappe en Grèce archaïque.** In: revue numismatique, 6e série – Tome 157, année 2001, pp. 69-81.

EINZIG, Paul. **Primitive Money: in its Ethological, Historical and Economic Aspects.** 2ª ed. Glasgow: Pergamon Press, 1966. 557 p.

GERNET, Louis. **Anthropologie de la Grèce Antique.** Paris: Flammarion, 2002. 282p.

HOMERO. **Ilíada.** Tradução de Manuel Odorico Mendes. 1ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. 908 p.

LAUM, Bernhard. **Heiliges Geld: Eine historische Untersuchung über den sakralen Ursprung des Geld.** Tübingen, verlag von J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1924. 164 p.

_____. **Origine della moneta e teoria del sacrificio.** 1ª ed. Roma: Instituto Italiano di Numismatica, 1995. 124 p.

MAUSS, Marcel. **Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques.** L'Année Sociologique, seconde série, 2001, 106 p.

PEACOCK, Mark S. **The origins of money in Ancient Greece: the political economy of coinage and exchange.** Cambridge Journal of Economics, 2006, 30, p. 637-650.

PERSSON, Axel Waldemar. **Contribution à la question de l'origine de la monnaie.** In: Bulletin de correspondance hellénique. Volume 70, 1946. pp. 444-454.

WILL, Edouard. **De l'aspect éthique des origines grecques de la monnaie.** En: *Revue Historique*, vol. CCXII, n° 2, 1954, p. 209-231.